

Ano Letivo 2026/27 (1.º semestre)

Finanças Públicas

2.º Ano – Turma B

Regente: Prof. Doutora Nazaré da Costa Cabral

Programa

Parte I – Aspetos introdutórios das Finanças Públicas

1. Conceito de finanças públicas
2. Instrumentos das finanças públicas e variáveis orçamentais
 - 2.1. Instrumentos das finanças públicas: apresentação e remissão; despesa pública e a Lei de Wagner
 - 2.2. Variáveis orçamentais: apresentação e remissão
3. Sector público e perímetros orçamentais nos vários subsectores institucionais (central, regional e local)
 - 3.1. A organização territorial do Estado em Portugal e sua relevância para as finanças públicas: a ideia de descentralização financeira
 - 3.2. Sectores públicos à luz da contabilidade pública e da contabilidade nacional
 - 3.3. Perímetro orçamental e reclassificação de entidades públicas
 - 3.4. Independência orçamental versus desorçamentação
4. Recordando Richard Musgrave: da micro e macroeconomia à filosofia nas finanças públicas

Parte II – Microeconomia e Finanças Públicas

1. Finanças públicas e a noção de restrição orçamental
2. A dimensão jurídica da restrição orçamental: direitos fundamentais, políticas públicas e a ‘reserva do possível’
3. A restrição orçamental intertemporal e a questão da sustentabilidade das finanças públicas
4. As finanças públicas e o mercado: falhas de mercado e sua correção

Parte III – Macroeconomia e Finanças Públicas: a política orçamental

1. Do curto ao longo prazo na economia e o debate na teoria económica: keynesianismo versus correntes neoclássicas
2. Variáveis macroeconómicas
3. Os dois braços da política macroeconómica: política monetária e política orçamental
4. Estabilização macroeconómica:
5. Monetarismo e a nova macroeconomia clássica e a política orçamental
6. Economia política das finanças públicas: do modelo de Estado ‘benevolente’ ao Estado ‘leviatão’ – identificação das falhas de governo
7. Do enviesamento expansionista da política orçamental aos mecanismos de contenção

Parte IV – Aspetos filosóficos das Finanças Públicas

1. O contratualismo constitucional: de Rousseau a Rawls, passando por Buchanan
2. Finanças Públicas e funcionamento da sociedade

Parte V – O quadro europeu das finanças públicas

1. União Económica e Monetária (UEM) e a razão de ser do sistema de regras orçamentais
2. Política orçamental na área do euro: reduto de soberania crescentemente condicionado
3. Dos critérios de convergência nominal à versão PEC 5.0
 - 3.1 Critérios de convergência nominal e a adoção do euro
 - 3.2 O Pacto de Estabilidade e Convergência: vertentes preventiva e corretiva
 - 3.3 PEC 2.0 (a reforma de 2005): regras orçamentais e o ciclo-económico
 - 3.4 PEC 3.0 (as reformas de 2011 e 2013): a crise das dívidas soberanas e o reforço do sistema de regras
 - 3.5 PEC 4.0 (2015): a flexibilização do PEC
 - 3.6 PEC 5.0 (2024): o novo quadro de governação económica – *quo vadis* Europa?
4. O debate em torno da criação de uma ‘capacidade orçamental’ na União Europeia e o papel do Orçamento Europeu

Parte VI – O quadro jurídico nacional das finanças públicas

1. A Constituição portuguesa
2. A Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) e a sua evolução
 - 2.1 Até 2001
 - 2.2 A partir de 2001
 - 2.3 O contexto da atual LEO (Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro)
 - 2.4 A revisão da LEO na sequência da reforma da governação económica europeia
3. A natureza jurídica da LEO e a sua relação com a Constituição
4. O objeto da LEO: o Orçamento do Estado e o seu ciclo de vida

5. A sistemática da LEO
6. O sistema de vinculações do OE
7. A difícil relação ‘paramétrica’ entre a LEO e o OE no quadro constitucional português: principais entropias
8. Nota final para as leis financeiras dos subsectores institucionais e para as leis de enquadramento dos orçamentos das Regiões Autónomas

Parte VII – Instrumentos das finanças públicas

1. Orçamento do Estado
 - 1.1. Definição e funções
 - 1.2. A dimensão política e técnica do OE
 - 1.3. Garantias de estabilidade do quadro orçamental: o papel da ‘lei-travão’
 - 1.4. A natureza jurídica da Lei do OE e particularidades do seu conteúdo
 - 1.5. O ciclo de vida do OE
 - 1.6. O OE e os instrumentos de programação orçamental
2. Receitas públicas
 - 2.1. Noção, objetivos e modalidades de receitas públicas
 - 2.2. Em especial, as receitas tributárias
 - 2.3. Outras receitas públicas
3. Despesas públicas
 - 3.1. Noção e modalidades de despesas públicas
 - 3.2. A despesa pública enquanto transferência de recursos para diversos outros sectores: transferências para entidades dentro e fora do perímetro
 - 3.3. Despesa pública por funções do Estado

- 3.4. Despesas rígidas/permanentes e o seu peso na despesa pública total; o condicionamento de medidas novas, em especial no investimento público
- 3.5. Orçamentação e gestão da despesa pública: tendências recentes no domínio da orçamentação pública
- 4. O património do Estado
 - 4.1 Modalidades de património
 - 4.2 Bens de domínio público e privado
 - 4.3 O regime do património público
 - 4.4 Gestão do património e receitas patrimoniais
- 5. Contabilidade e sistemas contabilísticos no Estado
 - 5.1. Noção de contabilidade
 - 5.2. Sistemas contabilísticos aplicáveis às entidades públicas; a contabilidade pública e o SNC-AP
 - 5.3. A Entidade Contabilística Estado
 - 5.4. Noção de consolidação de contas

Parte VIII – Variáveis e riscos orçamentais

- 1. Saldo orçamental
 - 1.1 Noção de equilíbrio orçamental
 - 1.2 O equilíbrio orçamental na história das Finanças Públicas
 - 1.3 Saldos orçamentais à luz das diferentes óticas contabilísticas
 - 1.4 A abordagem europeia dos saldos orçamentais: saldo estrutural e o objetivo orçamental de médio prazo
 - 1.5 O princípio da estabilidade orçamental e a sua concretização na LEO
- 2. Dívida pública
 - 2.1. A dívida pública enquanto forma de financiamento do Estado

- 2.2. Conceito de dívida pública e conceitos afins; dívida pública à luz das diferentes óticas
- 2.3. Evolução da dívida pública em Portugal: identificação dos períodos mais importantes na história recente
- 2.4. Sustentabilidade e a equação da dinâmica da dívida: o efeito dinâmico; o saldo primário; o ajustamento défice-dívida
- 2.5. A ‘análise da sustentabilidade da dívida’ à luz do novo quadro de governação económica europeia
- 2.6. Principais instrumentos financeiros de dívida pública segundo diferentes critérios
- 2.7. Aspetos económicos, financeiros e políticos da dívida pública
- 2.8. O regime jurídico da dívida pública na ótica da contabilidade pública: a Constituição e a lei da dívida pública
 - 2.8.1 Emissão da dívida pública
 - 2.8.2 Gestão da dívida pública
- 3. Riscos orçamentais
 - 3.1. Noção de riscos orçamentais; riscos versus pressões orçamentais
 - 3.2. A relação entre riscos orçamentais e a sustentabilidade das finanças públicas
 - 3.3. Modalidades de riscos orçamentais à luz da taxonomia da OCDE

Parte IX – Controlo orçamental e supervisão da política orçamental

- 1. Formas de controlo orçamental
- 2. O Tribunal de Contas
 - 2.1. O papel do Tribunal de Contas nas finanças públicas portuguesas
 - 2.2. A natureza do Tribunal de Contas e as suas funções
 - 2.3. Âmbitos de jurisdição do Tribunal de Contas

- 2.4. Fiscalização prévia, concomitante e sucessiva, e seus principais instrumentos – apreciação crítica da classificação consagrada
- 2.5. Prestação de contas e as novas regras de normalização contabilística aplicáveis às administrações públicas (o SNC-AP)
- 2.6. A Conta Geral do Estado e o parecer do Tribunal de Contas
- 2.7. A efetivação de responsabilidades financeiras
- 2.8. A recente reforma da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas: uma mudança de paradigma?
- 3. Supervisão da política orçamental: o Conselho das Finanças Públicas
 - 3.1 O sistema dual de supervisão da política orçamental: o CFP e a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO)
 - 3.2 A importância do princípio da transparência orçamental
 - 3.3 O CFP enquanto instituição orçamental independente: princípios estruturantes, missão e atribuições
 - 3.4 Perspetivas de evolução no quadro da reforma da governação económica europeia

Bibliografia principal:

Cabral, N.C. & Martins, G.W.O (2024, reimpressão). *Finanças Públicas e Direito Financeiro – Noções Fundamentais*, A.A.F.D.L.: Lisboa

Bibliografia complementar:

Azevedo, M.E. (2018). *Manual de Finanças Públicas e Direito Financeiro*, Quid Juris, Lisboa.

Catarino, J.R. (2023). *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, Almedina: Coimbra

Duarte, T. (2007). *A Lei Por Detrás do Orçamento - A Questão Constitucional da Lei do Orçamento*, Almedina, Coimbra.

Ferreira, E.P. (2020). *Ensaio de Finanças Públicas*, Almedina: Coimbra

Franco, A.L. (2015). *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, Vols. I e II, Almedina: Coimbra

Gameiro, A.R., Moita, B. & Moita, N. (2018). *Finanças Públicas*, Almedina: Coimbra

Marques, P. *et al.* (2024). *Finanças Públicas e Direito Fiscal – Problemas Atuais*, Vol. I, Almedina Coimbra.

Marques, P. *et al.* (2024). *Finanças Públicas e Direito Fiscal – Problemas Atuais*, Vol. II, Almedina Coimbra.

Martins, M. O. (2023). *Lições de Finanças Públicas e Direito Financeiro*, Almedina: Coimbra

Nabais, J. C. (2022). *Estudos de Finanças Públicas e de Direito Financeiro*, Almedina: Coimbra

Pereira, P.T. *et al.* (2022). *Economia e Finanças Públicas*, Escolar Editora.

Ribeiro, J.J. T. (2010). *Finanças Públicas*, Coimbra Editora.

Santos, J. A. (2016). *Finanças Públicas*, 2.^a Edição (revista e aumentada), INA Editora, Lisboa, 2016.

Sarmiento, J.M. (2016). *Manual de Finanças Públicas e de Contas Nacionais no Setor das Administrações Públicas*, Almedina: Coimbra

Na língua inglesa:

Buchanan, J.M. (1960), *The Public Finances – An Introductory Textbook*, Richard D. Irwin, Illinois.

Gruber, J. (2015). *Public Finance and Public Policy*, 5th ed., Worth Publishers.

Hilman, A. L. (2019), *Public Finance and Public Policy – A Political Economy Perspective on the Responsibilities and Limitations of Government*, 3rd ed., Cambridge University Press.

Musgrave, R.A e Musgrave P. (1973), *Public finance in theory and practice*, McGraw Hill, New York.

Rosen, H.S. and Gayer, T. (2013). *Public Finance*, McGraw-Hill Education

- Restante informação sobre a disciplina será dada através do Moodle.